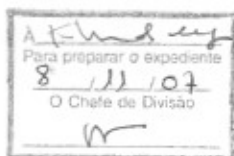


Ex.mo Sr. Presidente
da Assembleia República:



REQUERIMENTO N.º 111/X (3ª) - AC

Assunto: Reorganização do mapa de postos territoriais da GNR no Distrito de Aveiro

Apresentado por: Jorge Tadeu Franco Morgado, Luís Montenegro (PSD)

No Programa do XVII Governo Constitucional pode ler-se que “a segurança é configurada constitucionalmente como um direito fundamental conexionado com o direito à liberdade. [E que] entre ambos existe uma relação de interdependência [concluindo que] não há liberdade sem segurança nem, verdadeiramente, segurança sem liberdade.

No capítulo dedicado à “Segurança Interna e Protecção Civil” pode-se ainda ler que “ao nível do combate às consequências [da criminalidade], um policiamento mais visível e eficaz, de integração e proximidade, orientado para a protecção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos, bem como para o controlo das principais fontes de perigo”.

Apesar da inegável bondade destes princípios, têm sido divulgados estudos e têm vindo a público algumas notícias que apontam para o encerramento de diversos postos da GNR no Distrito de Aveiro, nomeadamente nos Municípios de Ílhavo, Aveiro, Estarreja e Murtosa, respectivamente nas freguesias da Gafanha da Nazaré, Cacia, Avanca e Torreira (*in* Correio da Manhã 02/11/2007).

O PSD denunciou esta incongruência entre os princípios e a acção concreta do Governo, na área da Administração Interna, na passada Sexta-Feira, lembrando que se tem assistido no



GRUPO PARLAMENTAR

país a um aumento da criminalidade violenta sem reacção por parte do Governo. Questionámos ainda “como se pode proceder a uma reorganização do dispositivo de segurança interna, quando existe uma enorme desmotivação dos efectivos policiais e o seu número está em colapso, apesar de lhes serem recusadas muitas das reformas a que já tinham direito, quando não existe um verdadeiro empenho no seu reequipamento e quando existem tantos postos a necessitar de obras?”.

Concretamente no Distrito de Aveiro e apesar dos dados das participações apontarem para uma ligeira diminuição no seu número entre 2005 e 2006, continua a ser o sexto Distrito do país com maior número de participações totais e por mil habitantes [total de participações: 23 669/ 33,2 crimes por mil habitantes (dados do Relatório de Segurança Interna 2006)].

Refira-se ainda que, de acordo com notícias vindas recentemente a público, sobre as quais o Ministério da Administração Interna (MAI) considerou “prematureo tecer mais comentários” além dos prestados no esclarecimento datado de 2 de Novembro, anuncia-se o encerramento de quatro postos da GNR no Distrito de Aveiro e a passagem das instalações do Grupo Territorial de São João da Madeira para a PSP.

No caso do eventual encerramento do quartel da GNR na Gafanha da Nazaré, não se percebe a racionalidade desta proposta, pois o Quartel é novo, custou cerca de 1 milhão de euros, foi colocado ao serviço da população no início deste ano e a freguesia possui cerca de 15 000 habitantes (que aumentam exponencialmente durante a época estival). Refira-se ainda que, desde o início deste mês, este quartel é também responsável pelo policiamento das freguesias da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo. Julgamos por isso que esta proposta só pode ser uma gralha (estar-se-iam a referir ao Posto da Gafanha da Encarnação, encerrado no início deste mês?), ter sido feita por engano ou por pura incompetência.

No que respeita à Praia da Torreira, não se percebe o teor da informação veiculada pela notícia supracitada, pois na Praia da Torreira não existe nenhum Posto da GNR activo,

sendo o policiamento desta Freguesia efectuado a partir da Murtosa, já há alguns anos, de acordo com informação que nos foi transmitida pela Câmara Municipal da Murtosa.

Em Cacia, habitam cerca de 8000 pessoas e tem existido, nos últimos anos, de acordo com residentes, um acréscimo de criminalidade nesta localidade, ligada à toxicoddependência, vandalismo e assaltos. O Presidente da Junta de Freguesia já se manifestou contra o eventual encerramento do posto e afirma que nunca foi consultado, no âmbito deste processo de reestruturação.

Avanca possui cerca de 6500 habitantes e o seu posto da GNR serve as populações das vilas de Avanca e de Pardilhó (onde habitam cerca de 4500 pessoas), ou seja, este posto serve cerca 11 000 pessoas numa zona cujos índices de criminalidade, de acordo com a Câmara Municipal de Estarreja, têm vindo a aumentar nos últimos anos, por força de um crescimento populacional acentuado nos últimos anos, instalação de novas empresas e pela abertura de novas vias de comunicação

Além disto, em recente visita a Cucujães, o Subsecretário de Estado da Administração Interna (SsEAI), Fernando Rocha Andrade anunciou a construção de um novo posto territorial nesta localidade já em 2008, identificando ainda como prioridade o quartel da GNR em Arouca. Se quanto a este último não possuímos dúvidas sobre o seu possível início de construção em 2008, pois encontra-se inscrito em PIDDAC com uma verba de 350 000 euros, quanto ao primeiro as dúvidas subsistem, pois esta acção não se encontra prevista em nenhum documento que a Assembleia da República tenha tido acesso.

Mais estranhas se tornam estas declarações, quando significam uma inversão das prioridades anteriormente definidas pelo Governo, que decidiu sem qualquer explicação inverter as prioridades anteriormente definidas pelos organismos com responsabilidades na matéria relativamente ao município de Oliveira de Azeméis, que eram a construção do novo Quartel em Cesar, que constou em PIDDAC até 2005, sendo retirado em 2006 pelo actual Governo.

Sabemos que estes estudos entregues ao MAI são “referências e não guias fechados” como afirmou o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna a um Jornal nacional no passado dia 12.

Mas também sabemos que “esta matéria é particularmente sensível atendendo ao facto de dizer respeito à segurança dos cidadãos” como se pode ler no esclarecimento do MAI de 2 de Novembro, pelo que urge esclarecer algumas opções anunciadas e não desmentidas.

Nesse sentido, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Ministro da Administração Interna:

1. Se está previsto o encerramento dos postos territoriais da GNR em Avanca e Cacia?
2. Se no caso do eventual encerramento do quartel da GNR na Gafanha da Nazaré não existirá aqui um engano, em virtude deste quartel ter sido colocado ao serviço da população no início deste ano?
3. Se está prevista a passagem das instalações do Grupo Territorial da GNR em São João da Madeira para a PSP?
4. Se as declarações do SsEAI sobre o início da construção do posto da GNR em Cucujães, já em 2008, têm alguma tradução efectiva em termos de início de procedimentos e cabimentação orçamental por parte do MAI ou de algum organismo sobre a sua tutela (v.g. DGIE)? E no caso do novo Quartel da GNR em Cesar, quais as razões para o abandono desta prioridade?
5. Se pretende lançar o concurso com vista à construção do Quartel da GNR em Arouca em 2008, usando para isso a verba inscrita em PIDDAC?

Palácio de São Bento, 8 de Novembro de 2007

Os Deputados

Lj. Moura
Vaduforgue